

TEIXEIRA, A. e MIRANDA, J.C. (1992), "A economia mundial no limiar do Século XXI – o cenário mais provável", in: CANO, W. (org.), *São Paulo no limiar do século XXI*, vol. 1 (Cenários e diagnósticos – A economia no Brasil e no mundo), Fundação Seade, São Paulo, 1992.

TRIFFIN, R. (1964), "A evolução do sistema monetário internacional: reavaliação histórica e perspectivas futuras", in: SAVASINI, J.A.A., MALAN, P.S. e BAER, W. (org.), *Economia internacional*, Saraiva, São Paulo, 1979.

(16)

José Carlos de Souza Braga

Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado*

Uma característica dos alemães é que para eles a pergunta: "o que é alemão?", parece não acabar nunca.

(Friedrich Nietzsche, *Além do bem e do mal*)

A Alemanha¹ chega ao final do século XX como o país avançado em que provavelmente existem as menores disparidades sociais, regionais e setoriais. Sua caminhada, entretanto, é marcada pelas criações e destruições extremas de que o capitalismo é capaz e, se quisermos entender o presente, temos que recorrer a uma, ainda que resumida, reconstituição dos seus principais elementos de formação histórica.

O posicionamento político-econômico da Alemanha caracterizou-se por elevada autonomia, tanto durante a hegemonia inglesa quanto na contemporânea hegemonia americana. Perseguiu, também, políticas monetárias e financeiras autônomas no âmbito dos sistemas monetários internacionais correspondentes às hegemonias inglesa e americana, isto é, quer o padrão libra-ouro, quer o padrão dólar-ouro. Primeiramente desfrutou da ascensão de seu imperialismo nacional-militarista, na busca de espaço vital, não escapando, entretanto, dos horrores do desastre deflagrado pelo nazismo. Nas décadas posteriores à Segunda Grande Guerra, foi capaz de converter esse imperialismo em projeto nacional de expansão, criando uma economia internacional liberal, e finalmente, no tempo presente, engaja-se como centro econômico do projeto União Européia. Este último passo alemão pode ser um primeiro elemento para a "gestão" das seguintes disjuntivas: regionalização/globalização, neoliberalismo/regulação, federalismo interpaíses/estados nacionais.

* Este trabalho resulta de pesquisas que realizamos na Diretoria de Economia do Setor Público da Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap. Agradeço a meu assistente de pesquisa, André Aronchi, pelo competente trabalho de apoio. Agradeço também ao estímulo e à permanente troca de idéias com José Luís Fiori.

¹ Estaremos nos referindo à ex-Alemanha Ocidental, uma vez que a Alemanha unificada não é nosso objeto, merecendo apenas comentários marginais.

Na pesquisa das raízes desse processo deve-se remontar ao período que antecede a unificação alemã. Um passado em que a Prússia, origem da nação germânica, já era um estado central (*core-state*) (Wallerstein, 1979) pelo menos desde o século XVIII e como tal ator relevante do poder no contexto europeu. Mesmo o “atraso” alemão frente à Inglaterra industrializada deve ser relativizado.² Nesse sentido, o surgimento da Alemanha como potência capitalista industrializada, na segunda metade do século XIX, não corresponde a uma transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, com o que suas lições para os subdesenvolvidos do século XX estão longe de ser imediatas, ainda que seu capitalismo organizado possa inspirar políticas nos países periféricos.³ Abordagens do tipo *catch-up* ou *closing the gap* são insuficientes, deve-se enfatizar, ainda que iluminem aspectos importantes do processo de desenvolvimento dos países periféricos no século XX.

Não há dúvida de que o desenvolvimento dos estados germânicos visava superar o seu atraso industrial relativo frente à economia inglesa. Contudo, o desenvolvimento das forças produtivas impulsionado pela Prússia desde o século XVIII a partir de um desígnio imperial não era desprezível e, como tal, relativiza o mencionado atraso. Nunca se deve esquecer que a Alemanha ocupava uma posição imperial na rede européia de poder, o que correspondia, então, a sinônimo de poder “mundial”.

É essa base que possibilita um salto, uma rápida “revolução industrial”, capaz de surpreender, no seu tempo, os cálculos político-econômicos de franceses e ingleses. Esse salto, entretanto, não decorreu da existência de burguesias avançadas. Ao contrário, estas se comprometem somente a partir de um convite que parte do rei da Prússia em nome do império, de uma vontade política, portanto, e, finalmente, da guerra, objetivos nacionais que terminam por se inter-relacionar de forma virtuosa com a expansão dos negócios.

Não estamos pretendendo reanimar a tese da “via prussiana”, acrescida da idéia de “modernização conservadora”, ainda que ambas, inegavelmente, expliquem muito desse capitalismo e de sua política. Após mais de um

² O autor agradece a Conceição Tavares a discussão esclarecedora sobre esse ponto. Consideramos igualmente que passagens de David Landes no *The Unbound Prometheus* apontam na mesma direção.

³ Ao tratar da “emulação continental” frente à Inglaterra, Landes (1972) refere-se assim aos países europeus desafiantes: “se eles fossem então ‘subdesenvolvidos’, a palavra deveria ser entendida muito diferentemente de como é compreendida hoje” (p. 125). As razões para sua posição: a oferta de capital e o padrão de vida eram substancialmente maiores que nos territórios “atrasados” de hoje; a existência de habilidade técnica próxima do ponto de sustentar uma revolução industrial; tais países eram parte da mesma ampla civilização a que pertencia a Grã-Bretanha.

século, é possível levantar a hipótese bem-sucedida de uma múltipla adaptabilidade desse capitalismo à competição internacional intercapitalista e interestatal. Assim, a ausência de liberalismo político – fundamental na Inglaterra industrializada – e de desenvolvimento social – peculiar à França burguesa – não se constitui num obstáculo, antes pelo contrário, ao salto capitalista alemão. Este “atraso”, identificado por Engels na compreensão da revolução e contra-revolução alemãs de 1848, não afetaria o êxito econômico alemão, revelando um desenvolvimento das forças produtivas compatível com formas burguesas distintas das originárias. O capitalismo alemão podia até tomar a via prussiana, fazendo com que a exploração burguesa-*junker* substituísse, sem problemas para a economia, a exploração feudal do latifúndio (Fiori, 1995). A esse processo se acoplam instituições industrializantes (Gerschenkron, 1970) forjadas nas relações entre Estado e mercado, bancos e indústrias. Ao mesmo tempo, tal capitalismo dispensava o regime por excelência da burguesia, o liberalismo político, como forma de governo, quer monárquico, quer republicano, instaurando a chamada modernização conservadora (Barrington Moore Jr., 1967). Tal modernização conservadora se dá sob o comando autoritário do Estado, tendo como herança um regime democrático débil (República de Weimar), que acaba por sucumbir ao regime totalitário fascista no interregno entre as duas grandes guerras.

O projeto imperial promotor do capitalismo alemão sofre dois grandes reveses históricos mas consegue sobreviver a ambos. Após a primeira derrota, com o fim da guerra em 1918, rearticula-se, através do nacional-socialismo fascista, para desafiar militar e economicamente, outra vez, a “velha” hegemonia inglesa e a americana “emergente”, na Segunda Grande Guerra. Da segunda derrota, em 1945, renasce com o projeto da assim chamada economia social de mercado, agora com o apoio do *hegemon* – os Estados Unidos – projeto conservador, porém distinto do anglo-saxão e nem tão liberal, com a marca de capitalismo organizado, destacando-se tanto na reconstrução dos anos 50 quanto na performance das décadas seguintes.

As idéias enunciadas acima serão elaboradas em três partes no restante deste artigo. A primeira – “Industrialização: o passado, as artes industriais da guerra e o Império” – corresponde à gênese e à consolidação da Alemanha como uma potência industrial. Na segunda – “Barbárie” – analisamos a ascensão e o declínio da interação entre fascismo e capitalismo, buscando, nos sucessos mas sobretudo nos desastres, ocorridos entre 1914 e 1948, a formação de um “caráter” econômico do capitalismo germânico, o qual responde por seu papel de destaque no cenário internacional há mais de meio século. O desenvolvimento desse “modelo alemão” contemporâneo e suas perspectivas no contexto da globalização, sob hegemonia americana, é

o que nos ocupa na terceira parte, na subseção denominada “O padrão alemão: capitalismo produtivista e socialmente abrangente”.

1. Industrialização: o passado, as artes industriais da guerra e o Império

Antes de 1870 reinava absoluto o “atraso”?⁴

Veblen (1942) é categórico na resposta a esta pergunta:

“A Alemanha se encontrava em um situação anacrônica (...) Medida pela taxa de progresso que havia levado a comunidade inglesa ao ponto em que esta então se encontrava, o sistema industrial alemão estava dois e meio ou três séculos atrás, em algum lugar nos tempos elisabetanos. Seu sistema político era ainda mais arcaico (...)” (p. 64/65).

Contudo, para que o salto posterior seja compreendido é necessário considerar que passado era este, em particular examiná-lo do ângulo do desenvolvimento das forças produtivas, da força estatal e de sua inserção internacional.

A Prússia, já no século XVIII, conduzia a partir de um Estado dinástico – cuja verdadeira natureza era a busca de poder – um processo significativo de expansão econômica, ainda que esta não se caracterizasse por uma verdadeira industrialização.

Esse processo baseava-se na teoria e na prática do Cameralismo,⁵ que, por sua vez, antecedeu a idéia de “Economia Nacional” (List, 1986), dominante entre os alemães no século XIX. Os Cameralistas desenvolveram, entre os fins do século XVI e o final do século XVIII, uma “concepção administrativa” do Estado: fusão articulada da ciência da administração, da economia, das finanças, das técnicas agrária e manufatureira, buscando transformar-se numa nova ciência do Estado. O Cameralismo fez na Alemanha a transição da “arte de governar” para a “ciência do Estado” compa-

⁴ Somente na parte II discutiremos o “atraso” das estruturas sociais alemãs e suas repercussões para a difícil combinação entre democracia e capitalismo na primeira metade do século XX. A razão para isso é que, como veremos, aquelas estruturas não foram obstáculo ao surgimento da Alemanha industrializada.

⁵ O termo “Cameralismo” provém de uma “instituição característica do Estado patrimonial e do período de luta do príncipe contra as forças intermediárias e locais na fase principal do Estado de castas: a ‘Câmara’, órgão privado do Governo, pelo qual o príncipe, coadjuvado por homens experientes que lhe eram subordinados e fiéis, administrava os próprios negócios... [Os negócios “camarários”] acentuavam a persistência de uma estrutura descentralizada e articulada do poder, baseada na participação das castas territoriais nos principais negócios do governo (...) [enquanto os negócios “tributários”] indicavam a preeminência da posição do príncipe, visando a construção do *Gesamtstaat* [Estado total]” (Bobbio, 1995).

tível com o Estado total (*Gesamtstaat*). Dessa forma, inicia-se a ação centralizante e racionalizadora do Estado prussiano, por meio do seu aparelhamento institucional, que tem, em 1723, um momento relevante, com a criação, por Frederico Guilherme I, do General-Direktorium, órgão central que fundia diversas atividades estatais.

É dessa forma que da metade do século XVII ao final do século XVIII a Prússia ergue-se como um dos principais estados europeus calcada numa forma particular de Estado – o Estado de polícia – cujas linhas mestras podem ser assim sintetizadas: “política de potência e de bem-estar”. Promover o bem-estar implicava orientar a economia, praticar o mercantilismo, gerir eficientemente os impostos, intervir com os instrumentos apropriados, técnicos, administradores e *experts* setoriais.

Para os Cameralistas, enquanto antecessores dos economistas “nacionalistas” do século XIX, a construção do poder nacional implicava um Estado dinástico organizado, segundo Veblen, “(...) para defesa e ataque e proteção zelosa de suas fronteiras”. Em suas próprias palavras:

“A diferença entre o típico Cameralista do século XVIII e o “Nacionalista”, ou economista historicista do século XIX, não é tanto uma diferença de princípio e propósito quanto a gama mais ampla de meios e caminhos que deveriam ser considerados por estes últimos na sua preocupação com os fundamentos econômicos e uma agenda para o Estado” (Veblen, 1942, p. 174/175).

Compreende-se, nessas circunstâncias, que os avanços econômicos tenham sido empreendidos a partir dos interesses materiais do Estado. Na segunda metade do século XVIII, o crescimento da Prússia fazia avançar as indústrias têxtil, de metais e de produtos de luxo, como as sedas e as porcelanas. A população prussiana mais que duplicou durante o reinado de Frederico o Grande, passando de 2,38 milhões para 5,75 milhões, enquanto Berlim saltava de 29 para 141 mil habitantes, já que camponeses oriundos de longínquos distritos e artesãos do exterior moviam-se para as regiões industriais (Henderson, 1975, p. 23).

Landes (1972) registra, durante os séculos XVII e XVIII, as iniciativas de governos da Europa continental – a França, a Áustria de Maria Teresa e a Prússia – na promoção de extensos e custosos programas de desenvolvimento industrial. Destes, e contrastando com o sucesso moderado nos demais, o mais abrangente e bem-sucedido foi o prussiano, praticamente imposto por ordem da sua realeza:

“Homens de negócios, e mesmo nobres e governos locais, eram incentivados a construir fábricas para a produção de têxteis, vidros, produtos químicos, não ferrosos e metais ferrosos. Esse *convite real* equivalia, usualmente, a uma ordem, particularmente àqueles comerciantes judeus e fornecedores da corte cuja condição, em um país fortemente anti-semita, era completamente dependente da vontade do poder político” (p. 135/136).

Empresas estatais prussianas, por exemplo, envolviam-se na grande produção de ferro e carvão, chumbo, zinco e prata. Um exemplo concreto desse processo pelo qual se forjaram os traços do capitalismo organizado e que se consolidariam no século XIX, persistindo até hoje na economia alemã, é dado a seguir.

A empresa prussiana Seehandlung (Companhia Ultramarina) é fundada em 1772, exercendo o monopólio no comércio do sal nas províncias orientais da Prússia. Em fins do século XVIII suas atividades financeiras já sobrepujavam as comerciais. Entretanto, após dificuldades financeiras, em consequência da derrota prussiana para a França em 1810, os débitos da Seehandlung são incorporados à dívida nacional. A partir de 1820 o Estado prussiano já dava mostras de encaminhar-se para o salto industrial. Nesse ano, através de decreto real, reorganiza aquela empresa, com o objetivo de fazê-la assumir uma liderança financeira agressiva, “uma organização forte, capaz de apoiar financeiramente setores governamentais, fornecendo créditos, num montante tal, que sua liberdade de ação não seja emperrada por alguma carência, temporária, de fundos. (...) Deve ser preparada para ajudar no levantamento de empréstimos para o Estado, se isso for necessário” (Henderson, 1975, p. 73). Christian von Rother, seu novo diretor, era defensor da idéia de que o Estado é tão apto quanto os empresários para gerir fábricas, coisa que propiciou, nas décadas de 1830 e 1840, que a Seehandlung estendesse sua atuação até a gestão de inúmeros estabelecimentos industriais.⁶ Tal processo não ocorreu sem gerar certas fricções; porém, em 1845 o rei da Prússia proíbe novos empreendimentos, de sorte que, em 1848, quando o direito da Seehandlung se aposenta, as atividades da organização já estavam bastante reduzidas (*id.*, p. 76).

Já em 1834 um passo importante para forjar o mercado nacional havia sido dado com a Zollverein⁷ (União Aduaneira), convergente com as idéias de List. Este autor, já em 1819, propugnava a suspensão das alfândegas internas e o estabelecimento de uma tarifa geral para toda a Federação, com o

⁶ Fábricas têxteis, oficinas laminadoras de zinco, fundição de ferro, construção de máquinas, fábricas de papel, serrarias, fabricação de óleo e de farinha. A empresa fazia também incursões no transporte de carga e passageiros: cinco navios mercantes, pequena frota de navios a vapor, rebocadores.

⁷ Em 1º de janeiro de 1834, 18 estados dos 39 que compunham a federação alemã, criada após as guerras napoleônicas, assinam o tratado aduaneiro, que esteve sujeito a futuras rodadas de renovação. Neste tratado são abolidas inúmeras tarifas internas e os estados signatários adotam a tarifa da Prússia, a qual por sua vez representa a todos frente aos países estrangeiros. A administração de uma tarifa externa comum acabou levando à cooperação em outras áreas: taxa fixa entre as moedas da Prússia e dos estados do sul da Alemanha; código sobre letras de câmbio; administração ferroviária; acordos postais.

objetivo de impulsionar o comércio e a indústria nacional, bem como abrir oportunidades para a classe trabalhadora (Henderson, 1975, p. 32). É interessante notar que a Zollverein tinha a tarifa de importação liberal da Europa, o que levou List, seu inspirador teórico, a defender, em 1841, no seu *Sistema nacional de economia política*, a elevação de seu valor.

No plano monetário, 1846 é um ano de avanços na “centralização pró-capitalismo”, com a transformação do Banco Real de Berlim no Banco da Prússia, que é então autorizado a emitir notas no valor de 21 milhões de táleres (moedas de prata), procedimento que configurava a manutenção pelo governo de uma moeda estável no padrão-prata (Henderson 1975, p. 78).

Inscrevia-se nesse conjunto de iniciativas transformadoras a expansão ferroviária na década de 1840, num ritmo mais veloz que em qualquer país do continente europeu (à exceção da Bélgica), produzindo a malha mais integrada deste continente. Em 1850, já estavam em operação 3.660 milhas ferroviárias, o dobro da existente na França. O dinamismo industrial que esse *boom* ferroviário proporciona em qualquer economia é conhecido: construção de locomotivas e equipamentos ferroviários; produção elevada de carvão e ferro; construção de estações, pontes e trilhos, e estabelecimento de empresas de engenharia.

Substituíam-se importações provenientes da Inglaterra e da Bélgica, enquanto emergiam pontos de indústria moderna na Renânia, Westphalia, Silésia e Saxônia. Na síntese de Henderson (1975, p. 179): “A Zollverein e as estradas de ferro, juntas, colocaram a Alemanha no caminho do sucesso industrial”. Ainda que o país continuasse majoritariamente agrícola, já haviam sido plantadas as raízes da futura potência industrial.

Durante as décadas de 1850 e 1860 ocorreram importantes mudanças no continente europeu, aí incluindo a Alemanha, e que abriram novas perspectivas para o crescimento econômico desse país: melhoria das condições de transporte, liberação comercial, “simplificação” monetária (via eliminação da então existente profusão de moedas), ordenamento jurídico e inovações financeiras. Todas essas mudanças desatavam as forças propulsoras do capitalismo. Na perspectiva de um processo histórico de aproximação com o nível de desenvolvimento já alcançado pela Inglaterra (*closing the gap*), Landes (1972) considera aquelas décadas como “os anos que a Europa ocidental se aproximou da Inglaterra”, uma vez que “conseguiu se livrar dos obstáculos institucionais ao crescimento” (p. 229).

A década de 1860 é também testemunha de um importante acontecimento no campo militar. Em 1866, a Prússia enfrenta e derrota a Áustria e outros estados da Confederação, expulsando os austríacos da Confederação Germânica do Norte, criada em substituição à Confederação Germânica.

Mas é na década seguinte que a Alemanha, unificada desde 1871, alcança a sua maturidade como potência, implicando uma mudança decisiva no equilíbrio de poder europeu e mundial. Em 1870, derrota a França, anexando os territórios de Alsácia e Lorena. Ao Império, unificado em 1871, se unem os estados sulinos da Bavária, Württemberg e Baden. A essa aceleração do crescimento do poderio político alemão segue-se a consolidação econômica nacional no campo monetário. A Lei Monetária de maio de 1873 criou o marco baseado no padrão-ouro, eliminando assim o tãler e outras moedas. Em 1875, é criado o Reichsbank, o banco central nacional, que absorve o Banco da Prússia e adquire reservas de ouro através das indenizações de guerra pagas pela França.

O período iniciado em 1871-73 e que se estende até 1914 pode ser compreendido como aquele em que se ergue o poder industrial germânico, com força suficiente para, tragicamente, vir a ser protagonista da primeira grande guerra de extensão mundial. A chamada Grande Depressão de 1873-96, que afetou a Europa, especialmente a Grã-Bretanha, e o mundo inteiro, não chega a perturbar a *performance* alemã, que havia ingressado no auge de seu crescimento econômico exatamente na mesma época. Na intrigante avaliação de Landes (1972):

“Dessa forma, uma vez que os contratemplos da metade da década de 1870 ficavam para trás, a Alemanha retomou sua alta taxa de crescimento. E ela ainda não havia esgotado esse impulso quando novas oportunidades no final do século propiciaram um outro impulso. Como resultado tem-se a impressão de um período de crescimento sem interrupções” (p. 236).

Após 1870 afirma-se, também, a auto-suficiência industrial alemã, impulsionada desde 1879 por uma política protecionista, e que atinge um desempenho⁸ tal, que é mesmo capaz de concorrer em condições vantajosas com as manufaturas britânicas pelos mercados mundiais. Entre 1875 e 1895 as exportações crescem 30% em valor e ainda mais em volume; sendo que, se em 1872, 44% dessas exportações eram constituídas de produtos manufaturados, em 1900 tal montante alcança a marca de 62% (*id.*, p. 328). Data de 1890 o livro *Made in Germany*, de F.E. Williams, no qual, segundo Henderson (1975), é evidenciada a invasão pela Alemanha dos tradicionais mercados ultramarinos dominados pela Grã-Bretanha.

⁸ Entre 1873 e 1914 a renda nacional vai de 15,1 milhões de marcos para 49,5 milhões; a renda nacional per capita cresce a 21,6% em cada década; sua participação no produto mundial manufatureiro passa de 13% em 1870 para 16% em 1900, enquanto a da Grã-Bretanha cai de 32% para 18% (Henderson, 1975, p. 173).

A base da superioridade industrial alemã consolidava-se através de inovações tecnológicas, as quais se nutriam de um enfoque pertinente quanto ao papel da educação.⁹ A educação não era entendida como um fator regenerador e capaz de reverter eventuais condições de subsistência precárias por parte dos assalariados, em consequência da baixa qualificação, desemprego, ou mesmo, num sentido mais amplo, em decorrência de situações político-econômicas adversas. Ao contrário, na Alemanha, desde então, e até hoje, a educação se apresenta como determinante originário da existência de uma classe trabalhadora altamente qualificada e promotora de uma elevada produtividade social do trabalho. A educação elementar, compulsória em partes da Alemanha já no século XVI, tal como o *Landschulreglement* de Frederico o Grande da Prússia em 1763, e o alto nível das escolas desde o começo do século XIX, são evidências que reforçam a opinião de Landes (1972, p. 348) de que os alemães desenvolveram suas instituições educacionais previamente, e como preparação para a industrialização.

Esse sistema educacional era parte do que hoje se designaria um “sistema nacional de inovações”. Para a economia como um todo, assinala Landes (1972), “a manufatura mecanizada e de larga escala requer, não somente máquinas e prédios, mas investimento pesado em capital social: estradas, pontes, portos e sistemas de transportes; e escolas para a educação geral e técnica” (p. 335). Não por acaso se considera que de meados ao final do século XIX a Alemanha já detinha um capital social básico mais produtivo que o inglês. A prática de testar invenções e explorá-las, qualquer que fosse sua origem, a persistência de um fluxo contínuo de pequenos melhoramentos no interior da fábrica, propiciadores de verdadeiras revoluções tecnológicas, são fatores indicativos de que o “sistema alemão havia institucionalizado a inovação: a mudança era intrínseca ao sistema” (Landes, 1972, p. 352), sendo essa uma importante causa, dentre outras, segundo o mesmo autor, por que a Alemanha jamais ficou tão “para trás” como os países atrasados de hoje.

Nos últimos 25 anos do século XIX desenvolvem-se as indústrias química e elétrica, as quais marcarão o sucesso alemão. Nos produtos “químicos pesados” surgem os álcalis para sabão e vidro; nos “químicos leves”, os corantes sintéticos para aplicação na indústria têxtil; na farmacêutica, perfumes, cosméticos, materiais fotográficos, plásticos. Foi decisivo para o de-

⁹ Entendida como a transmissão de quatro tipos de conhecimento, cada qual com sua contribuição ao desenvolvimento econômico: 1) a capacidade de ler, escrever e calcular; 2) as habilidades de trabalho do artesão e mecânico; 3) a combinação pelo engenheiro entre princípio científico e treinamento aplicado; 4) conhecimento científico de alto nível, teórico e aplicado.

sempenho da indústria química o estabelecimento de laboratórios de pesquisa pelas empresas, universidades e colégios técnicos, nos quais cientistas descobriram novos produtos, como as diferentes drogas e o corante sintético. A disponibilidade de certas matérias-primas é considerada também como favorável a esse desenvolvimento, a saber: sal-gema (para sódio), sais de potássio (para potassa), marcassita (para ácido sulfúrico), alcatrão de hulha (para os corantes de anilina) (ver Henderson, 1975, p. 186).

As indústrias elétricas são unanimemente apontadas como o maior êxito da moderna Alemanha, tendo sido alcançado através da pesquisa científica e do suporte financeiro dos grandes bancos. Suas invenções mais destacadas foram o dínamo e a lâmpada elétrica de filamento branco. A produção do segmento elétrico “pesado” incluía geradores, acumuladores, transformadores e outros equipamentos para usinas elétricas, fábricas e ferrovias. No segmento “leve” apareciam: cabos, lâmpadas, equipamentos telefônicos e telegráficos e vários utensílios domésticos.

A indústria naval também apresenta papel de destaque no desenvolvimento alemão. Entre 1892 e 1907, a participação mundial da Alemanha na construção de navios muda de 7,3% para 13,8%. A tonelagem construída cresce de 240 mil, em 1899, para 390.991, em 1906, enquanto a capacidade de seus estaleiros já tinha alcançado, em 1914, o patamar de 400 mil toneladas de navios mercantes (Henderson, 1975, p. 198 e 201).

A razão para o sucesso desse capitalismo organizado era a articulação entre bancos e indústrias, que lhe ampliava o raio de manobra monetário-financeiro e creditício frente ao padrão-ouro gerido pelos ingleses, e ao qual a Alemanha estava formalmente vinculada. Dessa perspectiva, devemos indagar: havia uma subordinação alemã ao livre-cambismo e à ortodoxia monetária correspondente ao padrão-ouro?

Já apontamos anteriormente que, em 1879, firmou-se uma política protecionista ditada pela busca da construção de uma economia nacional que não poderia se tornar vulnerável aos ditames da hegemonia inglesa. O sistema bancário altamente concentrado movia-se a partir dos quatro grandes bancos líderes – Deutsche, Dresden, Discount, Darmstadt – seguido pelo Schaaffhausen, pela Companhia Comercial de Berlim, e por alguns bancos estatais federais. Através desse sistema bancário configurou-se o padrão dinheiro-de-crédito, que comandava a oferta monetária e o crédito sem a necessária obediência aos automatismos pressupostos no padrão-ouro, pelos quais a expansão monetário-creditícia só surgia em função da disponibilidade de reservas em ouro em cada nação.

Quanto à política industrial, ou, mais precisamente, à determinação da estrutura concorrencial alemã, o Reich e os estados federativos favoreciam o desenvolvimento de cartéis¹⁰ no interesse da eficiência industrial. O primeiro cartel alemão é de 1828, a União Neckar do Sal, incluindo as estatizadas usinas de sal de Württemberg e Baden, assim como a mina de sal privada em Ludwigs-halle. Após a recessão de 1872-73, cartéis se consolidam em vários ramos, como vidro laminado, cimento e produtos químicos. Com o protecionismo assumido em 1879, os cartéis são ainda mais incentivados, dada a desvantagem dos competidores externos. O fato de possuírem os bancos volumes elevados de ações das empresas levava também a pressões, por parte dos banqueiros, para que se firmassem acordos de cartelização. Tão profunda é esta característica, que chegou a se tornar lei em 1910, quando o parlamento aprova legislação sobre “cartel compulsório” para as firmas de potassa, ameaçadas de competição autodestrutiva (Henderson, 1975, p. 179).

As políticas de Estado vão assumindo relevância crescente na poderosa Alemanha industrializada. Ferrovias, serviços postais e telegráficos eram considerados “simplesmente as seções civis do exército” (*id.*, p. 212). Com marchas e contramarchas, desde a década de 1870, seguindo a política de Bismarck, o processo de estatização das estradas de ferro da Prússia avançava e às vésperas da I Guerra Mundial 37.400 km já eram de propriedade estatal, sendo apenas 2.900 km privados.

O protecionismo constituiu uma posição unânime na Alemanha, quando, diante da depressão de preços internacionais de grãos e portanto ameaçados pela competição externa, os próprios *junkers* decidiram, em 1877, apoiar a proteção do mercado interno, a qual se consolidou em 1879 com a aprovação pelo Reichstag (parlamento) de uma nova lei tarifária. Esses mesmos *junkers*, por outro lado, acabaram por garantir à Alemanha em expansão uma oferta flexível de mão-de-obra, dado que, como proprietários agrários, haviam reduzido, no passado, os camponeses livres à condição de servos no cultivo e exportação de cereais. Conseqüentemente a Alemanha dispunha de um abundante reservatório de camponeses disponíveis para as finalidades que as classes proprietárias desejassem (Barrington Moore Jr, 1967, p. 484, 491, 529).

A essas características e políticas econômicas se junta mais um componente crucial para compor o mosaico que caracteriza e individualiza o desenvolvimento socioeconômico alemão: a “política de potência e bem-estar”. Esta foi aperfeiçoada por Bismarck, que implementou o esquema de proteção social, seguindo o Código Prussiano de 1794, segundo o

¹⁰ Quatro tipos de cartéis devem ser mencionados: divisão de mercado, acordo de preços, fixação de volumes totais de produção, divisão de lucros.

qual o Estado era responsável pelo alívio aos despossuídos, pela criação de emprego para os desocupados e pela execução de trabalho forçado àqueles que tentam escapar do trabalho.

Bismarck encaminhou para aprovação do Reichstag esquemas abrangentes de seguro estatal compulsório nos campos da saúde, dos acidentes e da velhice. A Lei de Seguro-Saúde data de 1883, beneficiando os trabalhadores fabris, mineiros, inclusive os de baixa remuneração, nas usinas de carvão, estendendo-se este benefício, por legislação posterior, aos trabalhadores agrícolas, artesãos, aprendizes e trabalhadores temporários. Em 1885, 10% da população (4,6 milhões de pessoas) era coberta por esse seguro, número que vai a 14 milhões de habitantes (21,5% da população) no ano de 1910. Os demais cidadãos eram cobertos por esquemas operados pelo Reich, estados federativos ou municipalidades.

De 1884 é a Lei de Seguro-Acidente, alcançando os mesmos trabalhadores antes mencionados e estabelecendo que os empregadores tinham de pagar o custo total do seguro. De pronto a Alemanha passou a ter, obviamente, as fábricas e minas o mais seguras possível. A lei de pensões por velhice e invalidez data de 1889, instituindo contribuições iguais de empregadores e empregados, a elas adicionando-se 50 marcos provenientes do tesouro do Reich, por ano para cada pessoa segurada. Esses esquemas pioneiros de proteção social foram integrados, em 1911, pela Lei de Consolidação de Seguro, que agrupou os três tipos de seguros acima referidos. A lacuna existente quanto ao seguro desemprego foi preenchida em 1926.

Semelhante “prodígio” de política social, principalmente frente às condições de operação do capitalismo mundial, pode ser entendido não apenas pelas influências oriundas do código prussiano, como também pela luta política que se travava então com os socialistas. Contra estes o Reichstag aprovou, em 1878, a Lei Excepcional contra o Empenho Universalmente Perigoso da Social-Democracia, pela qual o Partido Social-Democrata é empurrado para a clandestinidade. Mesmo assim não foi ele destruído, tanto que sua penetração nos sindicatos não arrefeceu, como prova o expressivo crescimento eleitoral que se seguiu ao seu reconhecimento legal posterior à Era Bismarck.

Esse passado alemão nos mostra que no início do século XX já havia se constituído o projeto de industrialização nacional-militarista. Potência e bem-estar revelavam-se claramente como resultante da *práxis* baseada na convicção de que os interesses materiais da comunidade são mais facilmente alcançados pelas políticas que tenham como finalidade o “sucesso do Estado”, “fazer do Império uma comunidade econômica auto-suficiente... um todo auto-equilibrado a ser utilizado na estratégia de política internacional”, cuja base é “uma comunidade industrial autocontida” (Veblen, 1942, p. 176, 178 e 179). Fica assegurado dessa maneira que o Império não

estará vulnerável em caso de conflito e que, ao mesmo tempo, as classes sociais não relutarão em ir para a guerra, quando a ocasião se apresentar. O mercantilismo correspondente a essa política teve importante contribuição no “crescente antagonismo entre a Alemanha e outras nações industriais... [Em meio] a um militarismo ostensivo [de diversas nações] no mesmo período [alcançava a Alemanha a meta de um] Estado imperial industrialmente autocontido” (*id.*, p. 184).

Se, de acordo com Veblen (1942), na administração de Bismarck o objetivo parece ter sido “segurança bélica, mais do que expansão imperial”, foi esta última que assumiu relevância no início do século XX. É, pois, certo que “através da Era Imperial a sorte material da nação foi constantemente implementada e conservada com a finalidade última de poderio bélico” (p. 241), como nos diz ele no seu *Imperial Germany and the Industrial Revolution*, publicado em 1915, em meio portanto à I Guerra Mundial.

A potencialização técnico-econômica do poder, viabilizada pelo capitalismo, é logo implementada por aquele que viria a ser o país de maior sucesso na Europa ao longo do século XX:

“Desde que a moderna tecnologia caiu nas mãos dos alemães, eles assumiram a liderança na aplicação desse conhecimento tecnológico para, o que poderíamos chamar, as artes da indústria da guerra, não com menos zelo e efeito que sua utilização nas artes da paz. Na ‘paz armada’ européia, a Alemanha Imperial buscou consistentemente ser a mais preparada e pesadamente armada para qualquer eventual ‘brecha’ nessa paz” (Veblen, 1942, p. 256).

O êxito capitalista tornou-se, no caso alemão, indissociável da guerra no contexto “mundial” europeu. Guerra e capitalismo estimularam-se mutuamente, formando um todo em que não se podia distinguir o que determinava o quê. Não que isto se devesse a qualquer particularidade racial, cultural, seja lá o que for, do povo alemão. Afinal, os outros dois capitalismo mais bem-sucedidos do século XX, o americano e o japonês, não vieram a mostrar-se igualmente bélicos, tanto no aspecto “defensivo-ofensivo” quanto no “ofensivo-ofensivo”?

2. Barbárie¹¹

A combinação de conservadorismo, anti-revolução, capitalismo organizado e Estado nacional-imperial-militarista conduziu a sociedade alemã a

¹¹ Para Trotsky a essência do nazismo era isto: “Tudo aquilo que a sociedade, se houvesse se desenvolvido normalmente (quer dizer, para o socialismo), haveria rechaçado (...) como excremento da cultura, brota agora por sua garganta. A civilização capitalista está vomitando a barbárie indigesta. Tal é a fisiologia do nacional-socialismo” (Deutscher, vol. III, p. 149).

ser protagonista de grandes dramas político-econômicos entre 1914 e 1948. A Alemanha enfrentou nesse período três colapsos econômicos, sendo que dois deles marcados por hiperinflações que destruíram sua moeda. De que maneira o capitalismo sobreviveu e como as modalidades desse ressurgimento condicionaram sua história econômica posteriormente à Segunda Grande Guerra?

O primeiro e bem conhecido daqueles colapsos relaciona-se com a derrota na I Guerra Mundial. O Estado alemão financiou sua ação bélica endividando-se junto ao público e ao Reichsbank, que por sua vez descontava os títulos do Tesouro para o governo, ao mesmo tempo em que os utilizava como lastro para emissão monetária. Com isso o dinheiro em circulação subiu o correspondente a seis vezes durante a guerra, proporção que evidentemente não se verificou no crescimento de seu produto nacional, criando uma condição propícia para a explosão inflacionária. Emergiu simultaneamente um grande déficit orçamentário que vulnerabilizou ainda mais a economia e deixou-a “preparada” para o colapso, que se tornou inexorável com as reparações de guerra exigidas do governo alemão.

Essas últimas podem ter seu potencial destrutivo avaliado, sinteticamente, através dos diagnósticos efetuados por Lord Keynes, personagem de destaque nas conversações que antecederam o acordo de reparação da I Guerra, quando viu sua posição ser derrotada. Skidelsky (1983) relata palavras do próprio Keynes numa carta de 4 de maio de 1919:

“Ele ficou horrorizado (...). As cláusulas de reparação eram inaplicáveis e mostravam um alto grau de insensatez em quase todos os seus aspectos (...) O acordo é um acordo de papel, que mesmo sendo aceito não se espera, em nenhuma hipótese, que dure” (p. 371).

Em carta a seu amigo Duncan Grant, de 14 de maio de 1919, ele é definitivo:

“Certamente se eu estivesse no lugar dos alemães preferiria morrer a assinar um acordo de paz como esse (...) Mas se eles assinarem, isso será, de fato, a pior coisa que pode ocorrer, uma vez que eles não podem cumprir alguns dos seus termos, resultando em grande desordem e insatisfação em todas as partes” (*id.*, p. 371).

Skidelsky aponta o quanto Keynes enfatizava a contradição entre reduzir a capacidade de pagamento da Alemanha, através de confiscos territoriais e outros, e ampliar simultaneamente suas dívidas. Por isso ele concluiu que a capacidade máxima de pagamento pelos alemães seria de 1.500 milhões de libras esterlinas (ou 30 bilhões de *gold marks*, pagáveis em 30 prestações anuais de 50 milhões de libras cada – 1.000 milhões de marcos), acrescentando ao seu argumento que a Alemanha já havia pago 500 mi-

lhões de libras, através de navios e propriedades. O acordo efetivamente fechado em abril de 1921 se distanciava em muito das magnitudes calculadas por Keynes: a Alemanha devia reparações num total de 132 bilhões de *gold marks* (Berghahn, 1990, p. 77).

Os comentários de Skidelsky (1992), economista e biógrafo de Keynes, são bastante elucidativos a esse respeito:

“A vida de Keynes e de sua geração foi marcada pela incapacidade de superar as conseqüências da I Guerra Mundial. Esse fracasso significava que não poderia haver uma sólida recuperação da economia e da política pelos efeitos gerados por ela. O frágil sistema internacional que foi restaurado desmorona na grande depressão de 1929 e na II Guerra Mundial em 1939 (...) Qualquer possibilidade de retomar o mundo um equilíbrio político, econômico e moral, foi tragicamente minado pela incapacidade dos estadistas americanos e europeus de eliminar os problemas gêmeos relacionados aos débitos de guerra entre os aliados e as reparações alemãs (...) [essas questões] produziram uma atmosfera de permanente crise (...) afastando os EUA da Europa, quebrando a união anglo-francesa e quase destruindo a nascente República de Weimar. Esse último aspecto era particularmente importante; a contribuição das reparações de guerra para a ascensão de Hitler é conhecida de todos” (p. 31).

As bases para o fascismo, é verdade, são dadas pelo passado autoritário alemão, conforme lembraremos em seguida; contudo, as contradições imperialistas do capitalismo e suas repercussões na sociedade alemã foram intensamente negativas. Em 1923 explode a hiperinflação, resultante tanto da política econômica do período bélico quanto das reparações extorsivas impostas aos alemães. Os déficits de balanço de pagamentos e a queda acentuada da taxa de câmbio indicavam o colapso monetário. Naquele ano, a poucos meses desse colapso, 300 fábricas de papel e 150 gráficas com 2 mil impressoras trabalhavam dia e noite para fazer face à demanda de notas bancárias. Um dólar, em junho de 1923, já valia 100 mil *rentenmarks* (RM), mas em novembro atingiu RM 4,2 trilhões ($4,2 \times 10^{12}$). A dívida nacional atingia 191,6 ($191,6 \times 10^{18}$) quintilhões de marcos em novembro. Em 1919, a inflação era de 70%, em 1923, de 1,9 bilhão% ($1,9 \times 10^{19}$) (Smith, 1994, p. 4).

Essas astronômicas cifras “desaparecem” em novembro de 1923, quando se realizou uma reforma monetária com a emissão de uma nova moeda pela autoridade econômica recém-criada do Deutsche Rentenbank, reabilitando então a confiança no dinheiro nacional e inaugurando os *Golden Twenties* (1924–1929), com base na restauração virtuosa da produção e da renda assentada na tradicional relação entre bancos e indústrias.

Nesse breve auge o país recupera suas forças empreendedoras e reafirma-se, em 1929, como possuidor da mais moderna frota mercante, das mais rápidas ferrovias e de um adequado sistema de estradas. Cartéis e fu-

sões conduziam a dinamização das indústrias químicas, do aço, da eletricidade, da borracha e do cimento. Subsídios estatais financiavam um enorme programa de renovação urbana. Cidades competiam entre si na expansão da construção habitacional, *playgrounds*, piscinas, escolas e hospitais. Cabos de energia elétrica espalhavam-se pelo campo alemão. A infra-estrutura era completamente renovada. O capitalismo organizado voltava a efetuar proezas com sua articulação particular entre Estado, mercado e, agora, financiamento externo e empresas estrangeiras.¹²

Esse foi um período de celebrações na República de Weimar, que adiava mas não eliminava suas fragilidades, que residiam na sua própria constituição. Em 31 de julho de 1919, havia sido adotada a Constituição e surgido o sistema republicano parlamentar, como resultado do desgaste da guerra e do colapso da monarquia em 9 de novembro de 1918, ao qual se seguiu a assinatura do armistício em 11 de novembro. Entre 1919 e 1923, 10 gabinetes se sucederam no governo. As disputas político-ideológicas, quando submetidas à lei, mereciam um tratamento desigual: condescendente com a direita, muito longe disso com a esquerda.¹³ As estruturas do poder socioeconômico não haviam sido abaladas, a burocracia estatal, o poder judiciário, as instituições militares e educacionais permaneciam fiéis ao perfil conservador nacional-militarista, com a exceção de algumas áreas de governo na Prússia, que, inclusive, continuaram defendendo a República até os acontecimentos que conduziram Hitler ao poder. Os sentimentos anti-republicanos vinham sendo acirrados pelo partido nazista, como os demais preconceitos de natureza semelhante: anti-socialista, anticomunista, anti-Versailles, anti-semita e anticapitalista.

Enquanto isso, no contexto internacional, a instabilidade inerente à dinâmica capitalista atingiria o mundo com uma virulência até então desconhecida. Com a Grande Depressão iniciada em 1929, um novo colapso se abate sobre a Alemanha, pondo fim ao período áureo da República de Weimar (*Golden Twenties*), e agora manifesto agudamente no desemprego. Entre 1929 e 1932 a taxa de desocupação atingiu 40% da população traba-

¹² Segundo Berghahn (1990, p. 100), após os planos Dawes e Young, que reduziram os encargos das reparações de guerra, enormes somas de capital fluíram para a Alemanha. Entre 1924 e 1930, 1.293 milhões de dólares foram levantados nos Estados Unidos como empréstimos longos e 1.560 milhões de curto prazo. Empresas americanas investiram 217 milhões de dólares; por volta de 1930, 79 das gigantes lá se haviam estabelecido, entre elas General Motors, General Electric e Dupont.

¹³ Hitler tentou um golpe em novembro de 1923, recebeu sentença de cinco anos, mas foi liberado em menos de 12 meses. Leviné e associados, que estabeleceram uma República Soviética em Munique, em abril de 1919, ou foram executados ou receberam longas sentenças de prisão (Berghahn, 1990, p. 76).

lhadora. Uma crise bancária é deflagrada, já que após o *crash* de Wall Street os fundos que haviam financiado a curto prazo o auge alemão dos anos 20 são repatriados para os Estados Unidos.

Nessa conjuntura, propícia ao surgimento do fascismo, as tensões sociais em curso apresentam as marcas das estruturas sociais “arcaicas” e anti-revolucionárias do passado, numa particular interação com as estruturas do capitalismo industrializado.

A “modernização capitalista conservadora”, que desde a década de 1870 havia conduzido a industrialização alemã, apresenta, de forma violenta, o seu “acerto de contas”. A inexistência de um verdadeiro processo revolucionário, tanto em 1848 – quando as elites econômicas preferiram trocar o direito de governar pelo direito de ganhar dinheiro (Barrington Moore Jr., p. 503) – quanto em 1918, quando mesmo frente ao colapso da monarquia as elites permanecem anti-republicanas, essa inexistência favorecia a cristalização de tendências totalitárias, por assim dizer ancestrais.

Embora esses condicionantes implicassem o surgimento de formas políticas reacionárias, não conduziram por si sós, necessariamente, ao fascismo. No entanto, havia-se chegado a uma conjuntura histórica em que tais elementos encontravam as condições propícias para suscitar um desenlace totalitário. A base conservadora estava dada pela zona rural, desde o domínio dos *Junkers* no século passado, conservadorismo esse que agora se fortalecia com a reação camponesa anticapitalista, da qual se valia a propaganda nazista no combate pseudo-radical ao capitalismo. A pequena burguesia nas cidades servia igualmente aos propósitos do nacional-socialismo de levar as massas ao palco da história como agentes de um pretenso combate ao grande capital e ao poderio econômico externo. Como veremos, o “regime econômico nazista”, pelo contrário, favoreceu a grande indústria e a grande agricultura.

Nunca é demais lembrar que esse viés conservador depois da I Grande Guerra não era uma exclusividade das elites alemãs, e em boa medida refletia o temor instaurado pela revolução bolchevique. Antes da eclosão da Grande Depressão de 1929, acreditava-se na existência de um cenário em que as classes proprietárias européias teriam superado os efeitos econômicos críticos da I Guerra, e “aprendido” com a Revolução Russa, de tal sorte que passam a mobilizar todos seus recursos e estratégias com objetivos anti-revolucionários. O fascismo, dizia Trotsky em 1922, ano da marcha de Mussolini sobre Roma, era um sintoma dessa mobilização, e, segundo ele, “um Mussolini alemão” poderia surgir (Deutscher, 1968, p. 68). No início da década de 30, Trotsky atribuía uma importância decisiva à luta política na Alemanha para o rumo que a história mundial poderia então tomar: “Durante muitos anos por vir, não só a sorte da Alemanha (...) senão que os

destinos da Europa e do mundo inteiro se decidirão na Alemanha (...) Quem vencerá na Alemanha no transcurso dos próximos meses? O comunismo ou o fascismo? (*id.*, p. 150).

Não há dúvida de que aquela “bifurcação” histórica trazia como alternativa possível para a Alemanha ou a restauração capitalista, sob qualquer que fosse o regime político, ou o socialismo, baseado no internacionalismo proletário, possibilidade então real, dada a existência da União Soviética. Para Trotsky, uma Alemanha socialista significava a derradeira possibilidade de evitar a política de Stalin de “socialismo num só país”, política que, na prática, levou o líder soviético a ser permissivo com a própria ascensão de Hitler. O partido comunista alemão, seguindo orientação de Stalin, não fez aliança com os social-democratas e assim contribuiu para a ampliação do espaço político dos nazistas (Berghahn, 1990, p. 117).¹⁴

Considerando o peso que a polarização entre comunismo e fascismo teve nos destinos do capitalismo e da sociedade alemã, não só na década de 40 mas até mesmo neste fim de século, é oportuno recolher a avaliação de um comunista que sonhava com a criação dos “Estados Unidos Socialistas da Europa”, de certa forma um precursor do ideal “federalista” que viria a concretizar-se com a União Européia, ainda que sob o comando do capital global. Referindo-se às análises de Trotsky sobre o fracasso do comunismo na Alemanha em 1923, assim disserta Deutscher (1968):

“Seus temas principais nas ‘Lições de Outubro’ eram o papel da direção numa situação revolucionária e a estratégia e tática da insurreição. Nenhum Partido Comunista, argumentava, pode criar oportunidades revolucionárias à vontade, pois estas se apresentam somente como resultado da decomposição relativamente lenta de uma ordem social; mas um partido pode desperdiçar sua oportunidade por falta de uma direção decidida. Nos assuntos da revolução há também um fluxo que ‘deve ser aproveitado com a maré’; se se deixa passar é possível que não volte a apresentar-se durante décadas. Nenhuma sociedade pode viver muito tempo na tensão da crise social aguda. Se não se encontra alívio a essa tensão na revolução, ele virá com a contra-revolução. Umas quantas semanas, e inclusive uns quantos dias, podem ser suficientes para inclinar a balança para um lado ou para outro” (p. 149).

¹⁴ Afirma Deutscher: “Os stalinistas tratavam de justificar-se, alegando que os social-democratas aplainavam o caminho para o nazismo. Isto era absolutamente certo, comentava Trotsky; mas se os social-democratas aplainavam o caminho para uma vitória nazista, os comunistas deveriam encurtá-lo? Às vezes ocorre que os partidos da revolução e da contra-revolução atacam ao mesmo inimigo “moderado”, a partir de pólos opostos. Mas um partido marxista pode-se permitir-se tal coisa somente quando a maré cresce a seu favor, e não quando cresce, como sucedia na Alemanha, a favor da contra-revolução” (vol. III, 148).

Entre 1929 e 1933 a Alemanha vivia na depressão econômica e as tensões sociais eram agudas. Em 30 de janeiro de 1933 Hitler assume o posto de chanceler e em 2 de agosto de 1934, com a morte de Hindenburg, acumula também a presidência do país, já absoluto em sua vitória política. Proclama-se a si mesmo como Führer e Chanceler do Império da Alemanha. Trotsky considerou que o movimento operário havia sofrido na Alemanha não apenas um revés temporário ou um contratempo tático; havia sofrido uma derrota estratégica decisiva, que deixaria a classe operária prostrada e paralisada durante toda uma época (Deutscher, 1969, p. 190)

Nessas condições, qual foi a política econômica do nazismo? Qual o “regime econômico fascista”? Quais suas conseqüências para o capitalismo alemão e europeu?

A idéia condutora do auge econômico, que se inicia em 1933/1934, era a de uma guerra de expansão e exploração. A economia foi dinamizada pela produção de armamentos e de bens de capital desde o começo da gestão nazista. O índice da produção industrial, com base 100 em 1928, havia caído para 66 em 1933. Já em 1934 vai a 83 e às vésperas da guerra atinge 132. A aliança do grande capital com o projeto nazista havia se consolidado. A Auto-Union Motor supostamente fabricava caminhões, mas na verdade produzia veículos militares. O programa de produção de tratores da Krupp era apenas um codinome para a produção de tanques, tendo início já em 1933, ainda que estivesse banida pelo Tratado de Versalhes, assim como banida estava a produção de aviões militares, que, no entanto, correspondia a 42% da produção aeronáutica. O fabricante principal de explosivos elevou de 2 mil para 5.200 homens sua força de trabalho na primeira metade de 1933. Novos navios no valor de 70 milhões de marcos foram encomendados pela marinha alemã (Berghahn, 1990, p. 147).

A recuperação econômica alemã dos anos 30 foi a mais explícita demonstração histórica de que o capitalismo pode basear seu dinamismo na produção de máquinas que produzem máquinas e máquinas que produzem armamentos. O consumo da grande massa, em caso de baixo dinamismo, não implica necessariamente restrições macroeconômicas ao crescimento.

A pressão dos custos das matérias-primas que surge a partir da expansão da indústria foi enfrentada através de controle de preços e de salários, impedindo assim manifestações inflacionárias. As prioridades do tipo de acumulação de capital eram viabilizadas também por controles estritos da balança comercial e das transações cambiais.

Esta “marcha forçada” repercutiu de imediato sobre o nível de emprego, favorecendo a legitimação de Hitler pela população. Havia mais de 6 milhões de desempregados em 1933, número que foi reduzido após 12 meses de governo para 3,7 milhões e seguiu caindo aceleradamente, até que,

no verão de 1939, a situação era de pleno emprego, levando a indústria a ter dificuldade em preencher mais de 1 milhão de novos postos de trabalho. Por outro lado, os trabalhadores perderam direitos de organização e de barganha, tendo de submeter-se a trabalho mais árduo e jornadas mais longas (Berghahn, 1990, p. 138).

Créditos facilitados pelo Estado e débitos governamentais para garantir a demanda armamentista levavam as finanças públicas a uma posição de crescente insustentabilidade. A chave da estratégia econômico-financeira é retrospectivamente explicitada por Hitler, em 25 de março de 1943, em reunião com sua *entourage*:

“Desde a introdução do recrutamento, nossos armamentos têm tragado fantásticas somas que ainda estão a descoberto. Existem somente dois meios: ou esses débitos serão postos sobre os ombros dos *Volksgenossen* [camaradas germânicos] do Reich sob a forma de impostos ou esses débitos serão pagos pelos lucros potenciais provenientes dos territórios orientais ocupados. O último meio deve ser auto-evidente” (Berghahn, 1990, p. 149).

Era o reconhecimento oficial de que o regime econômico fascista sustentava uma guerra que, como na Antigüidade, tinha por objetivo a escravização de vizinhos, a aniquilação de cidades e pessoas e o confisco dos tesouros artísticos europeus. Tudo isso maquiado pelo “despertar estético”, pela “preservação da raça”, pela “beleza no trabalho”, pela “cultura da beleza”, enfim, pelo “embelezamento do mundo”. Era, na verdade, uma “Arquitetura da Destruição” (tal como documentado em filme alemão excepcional com este título).

Caída a máscara, perdida a guerra, o terceiro colapso econômico alemão provocou um recuo a uma economia de escambo e detonou outra hiperinflação. Entre 1945 e 1948, ano de nova reforma monetária, o mercado negro correspondia a 10% do volume de trocas, mas respondia por 80% da circulação monetária, de maneira que a economia de escambo era a dominante. (Mendershausen, 1974, p. 37, *apud* Owen Smith, 1994).

A reconstrução tem início em março de 1948, quando os aliados ocidentais fundam o novo Banco Central, o qual emite, em junho, a nova moeda, o marco (*deutsche Mark*). É em 1957 que surge o Deutsche Bundesbank, o banco central que existe até hoje. Desde 1948 que a estabilidade de preços na Alemanha está firmemente “ancorada”, como sugeriu Galbraith, no “simples” fato de que o passado inflacionário foi tenebroso.

Fundamental para esse processo foi que, ao contrário do ocorrido após a I Guerra, agora a Alemanha permaneceria de posse de seu ouro e de suas reservas internacionais, o que se tornou possível pelo cancelamento (*write off*) de 2/3 da dívida contraída com os Estados Unidos após a guerra. Essa

perspectiva se definiu logo em 1951 e veio a ser confirmada em 27 de fevereiro de 1953, com o Tratado de Londres sobre a dívida.

Outro “segredo” do reerguimento alemão é que o ímpeto liberal americano acerca da organização capitalista foi tão derrotado neste país quanto no Japão. O capitalismo organizado seguiu de pé e reiniciou seu produtivismo civil com grande velocidade, uma vez que os danos dos bombardeios haviam sido superestimados e, como conseqüência, a produção industrial pôde responder rapidamente aos primeiros estímulos da demanda. Entre 1949 e 1959 o crescimento econômico médio anual foi mais do que o dobro do ocorrido entre 1871 e 1913 (Giersche, 1971, p. 14, *apud* O. Smith, 1994).

Além da obsessão antiinflacionária, da retomada da dinâmica industrial multissetorial, da dispensa de reparações de guerra, a Alemanha pós-nazismo é sobretudo marcada pelo surgimento da Economia Social de Mercado, estranha denominação para um projeto político-econômico¹⁵ bem-sucedido, que desde o seu princípio se propunha distanciar-se tanto do intervencionismo fascista ou socialista quanto do liberalismo de mercado anglo-saxão, o mesmo que hoje, sob a batuta americana, se espalha Europa adentro.

A despeito de não ter testemunhado a Segunda Guerra, foi Trotsky quem previu com bastante antecedência o papel que os Estados Unidos viam a ter na Europa e no mundo. A propósito comenta Deutscher (1968):

“As tradições de isolacionismo e pacifismo americanos atraídas em sua geografia e em sua história eram freios que continham sua expansão; mas estavam condenados a ceder ante a força dinâmica das novas realidades (...) O impulso expansivo era inerente a sua própria economia e o intensificava o fato do capitalismo europeu depender, para sua sobrevivência, da ajuda americana”. Então Trotsky previu: “[Os Estados Unidos] poriam a Europa a viver de rações americanas e logo lhe ditariam sua vontade (...) estamos entrando numa época de desenvolvimento agressivo do militarismo americano” (p. 203).

Na visão de Trotsky, além de substituir a Grã-Bretanha como fábrica e banco do mundo, os Estados Unidos começavam a ocupar o lugar de potência naval e imperial do planeta. Aos que discordavam, acrescenta Deutscher, Trotsky replicava que os Estados Unidos seguiriam as pegadas da Alemanha no que tange aos desígnios imperialistas.

¹⁵ Ainda que sendo obviamente um projeto conservador do capitalismo trata-se, nos parece, muito mais abrangente socialmente do que não só o padrão anglo-saxão, como até mesmo o de capitalismo organizado como o japonês.

3. O padrão alemão contemporâneo: capitalismo produtivista e socialmente abrangente

O pensamento da Economia Social de Mercado (ESM) surgiu, inspirado nos economistas da Escola de Freiburg, pouco antes do golpe nazista, quando seus membros, como Eucken e Böhm, formavam uma corajosa resistência intelectual, propondo uma reflexão independente para enfrentar a “onda” nacional-socialista (Smith, 1994, p. 16 e 17).

Seus princípios fundamentais estiveram presentes no padrão de desenvolvimento capitalista alemão vigente desde a reconstrução do pós-guerra até a presente transição no âmbito da União Européia. Esses princípios eram: a “competição administrável”; um apropriado papel para a intervenção estatal; política de estabilização e medidas anticíclicas; ética e política contra o *laissez-faire*. Na dimensão competitiva havia uma clara rejeição dos modelos anglo-saxões, impondo-se a preocupação com a realidade de que “até mesmo uma economia de mercado requer uma estrutura [framework], na qual ela opere, e a criação desta estrutura é função do Estado” (Hallet, 1973, p. 19, *apud* Smith, 1994, p. 17). Logo, o sentido da expressão “competição administrável” é que a concorrência intercapitalista não pode ter rédeas soltas, devendo ser “trabalhada” pelo Estado. Contrastando com a visão anglo-saxã, na qual as barreiras à competição são demonizadas pelos governos, para a ESM, em face da monopolização inerente ao capitalismo, a intervenção governamental é uma necessidade, sem o que “as firmas dominantes e o comportamento conluiado tornam-se problemas maiores de política” (Smith, 1994, p. 17).

A ordem monetária estável era outro objetivo maior da política de estabilização, entendida como garantidora do funcionamento adequado do mecanismo de preço, incluindo compromissos dos cartéis e “competição administrável” no mercado de produtos. Propunham, finalmente, estreitas ligações entre economia e política social, o desenvolvimento da seguridade social, o reconhecimento imprescindível da representação sindical e um Estado democrático e social.

Baseados nesses elementos teóricos de fundo, podemos examinar a economia política alemã desde os anos 50 até a presente transição e, mais especificamente, as principais características do seu padrão de desenvolvimento, responsável por um “milagre econômico” só comparável ao que se verificou no Japão.

Quanto à estrutura produtiva, esse padrão pode ser caracterizado como uma “coalizão” pela sustentabilidade do investimento com inovações, pela produtividade e pela competitividade internacional. Uma das bases dessa performance foram as relações industriais estáveis a partir de

políticas salariais pactuadas, da atuação sindical bloqueando a espiral preços-salários e da participação dos empregados tanto no âmbito do “chão-de-fábrica” quanto no nível mais decisório da corporação. Ainda que essa não fosse uma coalizão distributiva do tipo adotado no norte da Europa, era sem dúvida uma coalizão que soldava interesses de empresários e assalariados pela elevação contínua da produtividade e pela estabilidade de preços (Altvater, 1993, p. 8-9; Tavares, 1993, p. 48). É justamente essa qualidade no mercado de trabalho, na qual a Alemanha seria exemplar, que os liberais consideram “euroesclerose” (*sic!*). Já uma crítica da esquerda alemã oferece uma outra avaliação:

“A reforma da moeda em 1948 estabeleceu as condições monetárias para um regime de acumulação socialmente abrangente, para o desenrolar de uma ‘história de sucesso’, de um ‘milagre econômico’. Ao longo do seu desenvolvimento, disparidades de classe, regionais e setoriais foram, se não eliminadas, certamente mitigadas ao ponto de integrar a todos no modelo de acumulação – ainda que alguns fossem ‘mais iguais que outros’, todo mundo podia participar do ‘milagre econômico’” (Altvater, 1993, p. 22).

Nesse padrão capitalista há uma peculiar relação favorável entre salários reais elevados, proteção social ampla e aumentos sucessivos de produtividade. Quando ocorriam aumentos de impostos, para fazer frente a custos adicionais da política social e da proteção ambiental, a saída era “aumentar a produtividade ainda mais rapidamente do que a dos países competidores, dado que reduzir custos reduziria os padrões de vida (...) Até a unificação [com a Alemanha Oriental] uma contínua compensação frente aos altos custos através duma correspondente elevação da produtividade era vista como vital” (Smith, 1994, p. 526).

Para esse produtivismo contribuiu uma gestão das finanças das corporações baseada na acumulação interna de lucros e no acesso ao crédito de longo prazo, ambos promotores “ideais” dos investimentos elevados. Os lucros não-operacionais tiveram apenas acréscimos marginais, o que é um comportamento “excepcional” em tempos de globalização financeira. A política pública industrial de subsídios esteve presente tanto no ajuste de setores declinantes (naval, mineração, ferro, aço, confecções, têxteis) quanto no estímulo a setores de alta tecnologia (aeroespacial, computadores e energia nuclear) (Smith, 1994, p. 529). Considerando-se as transferências de capital e as isenções fiscais, os subsídios alcançaram seu valor máximo em 1979, quando chegaram a 7% do PIB, caindo em meados dos 80 para 3,75% e, depois, no início dos anos 90, para 3,25% do PIB (*id.*, p. 499).

Os resultados obtidos pela políticas industriais alemãs apontam para significativos avanços em setores em que há muito a Alemanha já era líder – equipamentos, instrumentos de precisão, química fina – e iniciativas de

joint-ventures com empresas japonesas e americanas, em setores como telecomunicações, eletrônica, aeroespacial, farmacêutica, tendo em vista a globalização dos negócios (Tavares, 1993, p. 48).

A evolução das bases técnico-produtivas foi alcançada com uma “divisão de tarefas” entre setor privado e setor público que nos permitiria identificar uma situação de “economia mista” para o caso alemão. Em meados dos anos 80, apenas a metade do total do valor agregado era produzida sob o regime de mercado “puro”, sendo a outra metade sujeita a regulações governamentais ou produzida pelo próprio Estado, de acordo com dados de estudo realizado para a Comissão de Monopólios [*Monopolkommission*] pelo IfW – Institut für Weltwirtschaft, Kiel (Smith, 1994, p. 458). A presença de empresas públicas destacou-se nos setores de transportes (ferrovias), serviços de comunicações, eletricidade, gás, água, aquecimento dos distritos, habitacional, bancos e seguradoras.

Esse poderoso setor público, sendo herança da Prússia, da República de Weimar e do III Reich, foi exposto ao debate da privatização logo nos anos 50, muito antes da “onda Thatcher” e por isso mesmo o processo de sua revisão (e eventuais privatizações) tem, até os dias de hoje, sido levado a cabo sem os açodamentos dos “privativismos de moda”. A primeira leva de privatizações data de 1959/1965, quando o governo alemão usou o discutível termo de “capitalismo popular” para denominar seu projeto de vender ações a grupos de baixa renda. A segunda leva começou com a vitória do chanceler Helmut Kohl em 1982. No entanto, devido a preceitos constitucionais e a resistências políticas provenientes das *Länder* e de autoridades locais, criaram-se sérios obstáculos a uma ampla e generalizada onda de privatizações.¹⁶ O grau de concentração (ampliação das escalas de produção) e de centralização de capital privado (fusões e aquisições aglutinadoras de unidades empresariais) é elevado. Em termos de faturamento total (*turn-over*), as 50 maiores empresas industriais detinham, em 1960, 34,6% do valor correspondente ao agregado industrial, ao passo que, em 1989, aquele percentual já era de 54,4%, resultado de um contínuo movimento de concentração que se estende aos anos 90. Os conglomerados alemães, em cujo âmago está a figura do capital financeiro (Hilferding, 1963), articulador do capital bancário com o capital industrial, têm liderado os desdobramentos desse padrão de desenvolvimento. Contudo, é na Alemanha também onde as pequenas e médias empresas revelam uma sobrevivência e expressão econômica especiais. Para termos uma idéia, essa camada intermédia heterogênea de pequenas e médias empresas (*Mittelstand*), in-

dustriais, comerciais e de alguns outros serviços, espalhadas por todo o país, empregava, no início desta década, 12 milhões de pessoas, o equivalente a 2/3 do emprego total no setor privado e respondia por metade do PIB privado e 40% do investimento total (Smith, 1994, p. 420).

O processo de expansão da economia alemã no pós-guerra também extravasava as suas fronteiras nacionais. Dotado dos fundamentos produtivistas destacados anteriormente, o capitalismo alemão se internacionaliza já em meados dos anos 50, quando as trocas de bens já geravam 20% de seu Produto Nacional Bruto, chegando, em 1990, a corresponder a 1/3 do PNB alemão. Entre 1950 e 1990, a sua participação nas exportações mundiais cresce de 3,5% para 12,1%, comportamento que assegurou uma balança comercial permanentemente superavitária e que viabilizou investimentos externos das empresas alemãs nas áreas química, elétrica e de finanças (Smith, 1994, p. 499-500).

Na dimensão monetário-financeira o destaque tradicionalmente dado à estabilidade da sua moeda, o *deutsche Mark*, deve ser lido de acordo com as “apropriadas determinações”:

“A despeito da importância histórica da reforma monetária para a história da República Federal da Alemanha, a emissão de nova moeda deve ser interpretada como um ajustamento da esfera monetária às condições subjacentes, econômicas, políticas e sociais, potenciais no país nesse período. As condições efetivas para a nova moeda haviam sido estabelecidas muito antes de 20 de junho de 1948, com o crescimento do produto real já sendo então ‘sensacional’” (Abelshäuser, 1983, p. 51).

Ou ainda, como nos diz Altvater (1993):

“(...) a despeito dos estragos da guerra e do desmonte de unidades produtivas (*Demontage*) depois da II Guerra Mundial, o estoque de capital fixo era, em 1948, 11,1% superior ao de 1936. (...) A reforma monetária ‘corou’ esse desenvolvimento, conduzindo-o através de canais monetários organizados (...)” (p. 3).

De fato, os números da recuperação são notáveis: “o índice da produção industrial, em 1945, correspondia a apenas 25% do que era em 1936; já em 1948 ele alcançava 50% do volume de 1936” (Smith, 1994, p. 8).

Além do Plano Marshall de ajuda financeira, ocorreu a “providencial” percepção dos Estados Unidos de que razões geopolíticas vinculadas à Guerra Fria impunham a reconstrução de um capitalismo vigoroso na Alemanha.

Uma implicação econômica imediata dessa estratégia foi a concordância implícita dos americanos com o estabelecimento de uma taxa de câmbio, subvalorizada, de 4,20 marcos alemães por dólar no quadro do regime de taxas de câmbio fixas, instaurado em Bretton Woods. A livre conversibilidade da moeda só veio a ser adotada em 1958, quando a estabilidade e o

¹⁶ Para um exame da privatização alemã, ver Owen Smith (1994, p. 461-469).

crescimento já estavam assegurados. Em 1961, a taxa foi a 4 marcos por dólar, o que não eliminou a subvalorização, que persistiria por toda a década de 60, criando assim condições para a consolidação de saldos de balança comercial favoráveis e da conseqüente posição de credor mundial.

O *deutsche Mark*, nascido em junho de 1948, teve no Bundesbank,¹⁷ desde 1957 até hoje, o seu inexpugnável guardião, apoiado nas bases econômicas e na “coalizão produtivista” já mencionadas. Assim, não surpreende, e tampouco se deve a uma provalada independência (*sic!*) do banco central, a eficiência com que foi sendo removida a subvalorização do marco nos anos 70, uma vez deflagrado o sistema de taxas de câmbio flutuantes, e o sucesso com que foram enfrentados dois choques de preços do petróleo, assegurando-se a estabilidade monetária sem comprometimento grave da trajetória de crescimento – exceção feita à sincronização com as severas recessões mundiais de 1974/75 e 1979/81.

Dentre os fatores que contribuem para essa “dinâmica virtuosa” é estratégico o papel do sistema financeiro público e privado na sustentação da taxa de investimento, na cobertura ao risco de inovações tecnológicas, na limitação da financeirização da riqueza e no apoio ao seu simétrico, a sustentação de finanças industrializantes (Braga, 1992; 1997 e 1998).

Os bancos comerciais, as instituições do setor de poupança e de cooperativas de crédito funcionam como bancos universais, que são os pilares desse sistema, complementados pelos bancos especializados, que são os bancos de hipoteca e as companhias imobiliárias. Os bancos comerciais – grandes bancos, bancos regionais, estrangeiros e particulares (pessoa jurídica indistinguível de seus proprietários) – formam o conjunto de bancos privados. As instituições do setor de poupança e de cooperativas de crédito são constituídas por bancos públicos. Os bancos de hipoteca podem ser privados ou públicos. Os bancos públicos eram responsáveis, em 1991, por 53,8% do total de operações bancárias, participação essa que teve a seguinte evolução: 1950, 45,6%; 1960, 55,7%; 1970, 57,1%. Tais percentuais dão a dimensão da importância histórica do Estado alemão na gestão creditícia desse país (Nassuno, 1998, p. 339-341).

Além desse poder público, manifesta-se o poder privado através sobretudo dos grandes bancos, que têm propriedades e participação acionária em bancos regionais e em várias instituições financeiras, criando dessa forma potentes conglomerados que se articulam na gestão e no financiamento das empresas.

¹⁷ Jacques Delors certa vez sentenciou: “Nem todos os alemães acreditam em Deus, mas todos eles acreditam no Bundesbank” (Balkhausen, 1992, p. 87, *apud* Altwater, 1993, p. 6).

Embora participante da globalização financeira, esse sistema não tem apresentado, até o presente, pelo menos, práticas análogas às que criaram percalços nos Estados Unidos e no Japão, ainda que nesta virada de século já apresente sintomas de convergência na direção da financeirização. Essa relativa estabilidade se deve, em nosso entendimento, ao papel dos bancos públicos; à supervisão, controle e fiscalização das autoridades monetárias em moldes exemplares, a qual é facilitada pela centralidade do sistema nos bancos; ao fato de que a securitização tem-se processado através dos bancos universais, permitindo melhor gestão privada de risco e maior informação às autoridades; ao desestímulo à gestão financeira imediatista, com horizonte de curto ou curtíssimo prazo.

O futuro parece apontar para a Finanzplatz Deutschland, resultado da desregulamentação em curso desde meados dos anos 80, cujo objetivo é fazer da Alemanha um centro financeiro mais proeminente. Confirmando-se esse cenário, estará posta à prova a capacidade de se manter a força regulatória já comentada, e que também se revelou na movimentação internacional de capitais, submetida a um processo duradouro de adaptação iniciado nos anos 50. Nessa adaptação, em 1959, a entrada de capitais externos foi permitida, porém monitorada por medidas sucessivas e alternadas, de acordo com a conjuntura, que estabeleciam o quanto se podia lucrar, o custo da captação externa e, conforme fosse conveniente, a liberação ou a proibição da remuneração a depósitos estrangeiros. Nesse processo ocorreu entrada e saída de capitais; bancos estrangeiros ingressaram e bancos alemães se internacionalizaram, títulos em marco foram emitidos no exterior e dinamizou-se o mercado de capitais. Contudo, o governo, em nenhum momento, descartou sua prerrogativa de controlar riscos e minimizar fatores desequilibradores de suas variáveis macroeconômicas (Braga, 1998, p. 161).

Conseqüentemente, “ainda que se possa afirmar que as mudanças parecem sugerir uma tentativa de adequação aos movimentos internacionais, os eventos ocorridos a partir da década de 80 mostram que o sistema financeiro alemão tem uma capacidade específica para regular sua inserção na dinâmica internacional” (Nassuno, 1998, p. 392).

O padrão de desenvolvimento que analisamos conduziu a Alemanha até as portas do século XXI como potência econômica hegemônica no continente europeu e membro da tríade dominante mundial, ao lado dos Estados Unidos e do Japão, com a vantagem de que não enfrenta uma recessão prolongada como este, nem apresenta as desigualdades sociais e especulações financeiras como aquele.

4. Conclusões

Nessa longa perspectiva temporal, descartando qualquer causalidade linear, examinamos várias dimensões que se combinam na explicação do

êxito capitalista alemão. As raízes autoritárias da via prussiana, bem como a “política de potência e bem-estar”, estão inequivocamente na gênese do salto industrializante, mas não explicam a potência imperialista industrial do início do século XX, se não forem associadas às dimensões institucionais de capitalismo organizado que surgem desde a unificação. Entretanto, ambas as hipóteses seguem insuficientes, se não estiverem inseridas no movimento pelo qual este capitalismo imperial-organizado foi capaz de afirmar-se frente ao *hegemon* de cada época, desafiá-lo, enfrentá-lo, e ressurgir das suas derrotas. Contemporaneamente, após a Segunda Guerra, o êxito só é sustentável por sua adaptabilidade, sem supressão da identidade nacional, tanto ao regulacionismo internacional da *Golden Age* quanto à globalização neoliberal das últimas décadas, capacidade essa alimentada pelo apoio e cumplicidade da hegemonia americana, pelo menos até o início da década de 90.

Trata-se de um capitalismo que estabeleceu por muito tempo, e ainda o faz nesta década, uma relação ausente da maioria dos outros capitalisms, a saber, uma correspondência positiva entre elevados rendimentos reais do trabalho assalariado e substanciais ampliações da produtividade. Seu sucesso prova um ponto importante: altos salários reais podem ser responsáveis por constantes elevações da produtividade.

Compreensivelmente, dada a falácia de composição própria ao cálculo capitalista, pela qual o que parece adequado no plano microeconômico não o é no plano macroeconômico, vem-se impondo na Alemanha uma elite cosmopolita, liberalizante e desregulamentacionista, que pretende aniquilar o suposto anacronismo de seus “mercados”, principalmente o mercado de trabalho. É sabido que esses *yuppies* teutônicos, juntamente com seus homólogos europeus e sob a égide americana, encaram a União Européia animados pelo projeto exclusivo da globalização dos negócios – chegando até mesmo ao paroxismo de ejetar do poder, em nome desse projeto, um moderado ministro alemão social-democrata (Oskar Lafontaine), rotulado de “ministro-vermelho”, por ousar propor uma “bem-comportada” agenda político-econômica keynesiana.

O capitalismo globalizado tem revelado ser um capitalismo para poucos, na medida em que tem concentrado riqueza e renda, agravando as disparidades entre as nações, eliminando drasticamente um sem-número de candidatos ao desenvolvimento e à superação do atraso. Os progressos que o capitalismo organizado alemão ainda representa diante de tais descabimentos continuam a ser uma referência para as disputas sociopolíticas e econômicas que se travam atualmente no palco da União Européia. Os dilemas da unificação das duas Alemanhas parecem estar sendo encaminhados de uma maneira que corrobora a determinação e a possibilidade de superação

de que é dotada essa organização capitalista, tanto por suas estruturas socioeconômicas quanto por sua estrutura política, o que tem pelo menos permitido negociações que viabilizam avanços nas formas de sociabilidade.

Em contrapartida, crescem como nunca, na Alemanha e na Europa continental, as forças que vão desmanchando suas organizações historicamente bem-sucedidas, reforçando assim as instabilidades características do capitalismo atual, que, a essa altura, já afetam tanto países periféricos quanto países centrais. Da possibilidade de resistência alemã a uma transição perversa em seu padrão de desenvolvimento – quem sabe, retornando à pergunta “o que é alemão?” – parece depender o surgimento de contraposições, na União Européia, que abram novas perspectivas mundiais, superiores àquelas já conhecidas da hegemonia americana, ou melhor, do imperialismo americano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLI, S.L. (1998), “A evolução recente do corporate finance das empresas alemãs”, in: MACEDO CINTRA, M.A. & PENIDO DE FREITAS, M.C. *Transformações institucionais dos sistemas financeiros – Um estudo comparado*. Fapesp/Fundap, São Paulo, 1998.
- ALTVATER, E. (1993), *Continuities and Discontinuities in the German Economy after Unification – Or the Difficulties of Monetary Integration into a Successful Currency Area*. Free University of Berlin, 1993.
- ABELHAUSER, W. (1983) *Wirtschaftsgeschichte der Bundesrepublik Deutschland 1945–1980*, (Suhrkamp) Frankfurt a-Main, 1983.
- BALKHAUSEN, D. (1992), *Gutes Geld und schlechte Politik*, Dusseldorf, 1992.
- BARRINGTON MOORE JR. (1967), *As origens sociais da ditadura e da democracia – Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. E. Cosmos, Liv. Martins Fontes, Lisboa, 1967.
- BERGHAIN, V.R. (1990), *Modern Germany – Society, Economy and Politics in the Twentieth Century*. Cambridge University Press, Nova York, 1990.
- BOBBIO, N. et alli (1995), *Dicionário de política*. Ed. UNB, Brasília, 1995.
- BRAGA, J.C.S. (1998), “Produtivismo e especulação na gestão da riqueza – Um estudo sobre Estados Unidos, Japão e Alemanha”, in: MACEDO CINTRA, M.A. & PENIDO DE FREITAS, M.C., *Transformações institucionais dos sistemas financeiros – Um estudo comparado*. Fapesp/Fundap, São Paulo, 1998.

- BRAGA, J.C.S (1997), "Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo", in: FIORI, J.L e TAVARES, M.C (1997), *Poder e dinheiro – Uma economia política da globalização*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1997.
- BRAGA, J.C.S (1992), *Finanças industrializantes para a estabilização e o desenvolvimento*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – Iedi, São Paulo, 1992.
- CALLEO, D. (1978), *The German Problem reconsidered – Germany and the World Order, 1870 to the Present*. Cambridge University Press, Cambridge, Londres, 1978.
- DEUTSCHER, I. (1968), *Trotsky – El profeta desarmado (1921-1929)*. Ed. Era, México, 1968.
- DEUTSCHER, I. (1969), *Trotsky – El profeta desterrado (1929-1940)*. Ed. Era, México, 1969.
- FIORI, J.L. (1995), "Sonhos prussianos e crises brasileiras", in: *Em busca do dissenso perdido*, Ed. Insight, Rio de Janeiro, 1995.
- GERSCHENKRON, A. (1970), *Atraso económico e industrialización*. Ed. Ariel, Barcelona, 1970.
- GIERSCHKE, H (1970), *Growth, Cycles and Exchange Rates – the Experience of the West Germany*. Almqvist and Wiksell, Stockholm, 1970. A página referida é da edição alemã, *Kontroverse Fragen der Wirtschaftspolitik*, B. Piper and Co. Verlag, München, 1971.
- HALLET, G. (1973), *The Social Economy of West Germany*, Macmillan, Londres, 1973.
- HENDERSON, W.O. (1975), *The rise of German Industrial Power (1834-1914)*. Temple Smith-Londres, 1975.
- HILFERDING, R. (1963), *El Capital Financiero*. Ed. Tecnos, Madrid, 1963.
- LANDES, D. (1972), *The Unbound Prometheus*. Cambridge University Press, Cambridge, 1972.
- LIST, G.F (1986), *Sistema nacional de economia política*. Nova Cultural, São Paulo, 1986.
- MARX, K. (1993), *A burguesia e a contra-revolução*. Ed. Ensaio, São Paulo, 1993.
- MENDERHAUSEN, H. (1974), *Two Postwar Recoveries of the German Economy*. Greenwood Press, Westport, Connecticut, 1974.
- NASSUNO, M. (1998), "As transformações recentes na estrutura do sistema financeiro alemão e as implicações sobre a política monetária", in: MACEDO CINTRA, M.A. & PENIDO DE FREITAS, M.C. (1998), *Transformações institucionais dos sistemas financeiros – Um estudo comparado*. Fapesp/Fundap, São Paulo, 1998.

- SKIDELSKY, R. (1983), *John Maynard Keynes – Hopes Betrayed (1883/1920)*, Macmillan, Londres, 1983.
- SKIDELSKY, R. (1992), *JMK – The Economist as a Saviour (1920/1937)*. Macmillan, Londres, 1992.
- SMITH, E.O. (1994), *The German Economy*. Routledge, Londres and Nova York, 1994.
- TAVARES, M.C. & FIORI, J.L. (1993), *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Paz e Terra, São Paulo, 1993.
- VEBLEN, T. (1942), *Imperial Germany and the Industrial Revolution*. The Viking Press, Nova York, 1942.
- WALLERSTEIN, I. (1979), *The Capitalist World-Economy*. Nova York, 1979.